

A ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA E A PESQUISA NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Vânia Maria Lescano Guerra (UFMS)

Resumo: Desde o surgimento da Análise do Discurso de linha francesa (AD), no final dos anos 60 por Michel Pêcheux, que esta linha de estudos tem demonstrado ser um campo muito fértil de pesquisa. A AD surgiu na conjuntura política e intelectual da França, entre filosofia e prática política. Ela atravessou fronteiras e movimentou o campo das Ciências Humanas, consistindo hoje em uma disciplina de linha transversal. Desse modo, nossa proposta é refletir sobre o aparecimento da AD e sua contribuição para o conhecimento do homem. O objetivo desta pesquisa é estudar o arcabouço teórico da AD, partindo de conceitos importantes: sujeito, discurso e ideologia.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Ciências Humanas. História.

Abstract: Since the sprouting of the Discourse Analysis of French line (DA), in the end of years 60 for Michel Pêcheux, that this line of studies has demonstrated to be a field of very fertile research. The DA appeared in the conjuncture politics and French intellectual, between philosophy and practical politics. It crossed borders and it put into motion the field of Human Sciences, consisting today in one it disciplines transversal line. From this, our proposal is to reflect on the sprouting of DA and its contribution to knowledge of the man. So, the goal of this research is to study the theoretical skeleton on the DA, starting from important concepts: subject, discourse and ideology.

Key-words: Discourse Analysis. Human Sciences. History.

1. EM BUSCA DAS TEORIAS LINGÜÍSTICAS E DISCURSIVAS

A Análise do Discurso da chamada Escola Francesa (AD) surge no cenário da intelectualidade francesa, na década de 60, como reação a duas fortes tendências em destaque no campo da linguagem, a saber: (i) o estruturalismo e (ii) a gramática gerativa transformacional. No centro desse novo paradigma situa-se o estruturalismo lingüístico a servir como norte e inspiração. Afinal, a Lingüística em seu papel de ciência-piloto das ciências humanas tem condições de fornecer aos apaixonados do novo paradigma as ferramentas essenciais para análise da língua, enquanto estrutura formal, submetida ao rigor do método e aos ditames da ciência, tão valorizada na época.

A AD que tem como marco inaugural o ano de 1969, com a publicação de Michel Pêcheux intitulada Análise Automática do Discurso (AAD), bem como o lançamento da importante revista *Langages*, organizada por Jean Dubois, vai à busca desse sujeito, até então descartado. E vai encontrá-lo na psicanálise, apresentado como um sujeito descentrado, afetado pela ferida narcísica, distante do sujeito consciente, que se pensa livre e dono de si. Trata-se então de um sujeito desejante, sujeito do inconsciente, materialmente constituído pela linguagem e interpelado pela ideologia. Entende-se por que a AD impõe-se, dessa forma, como reação ao estruturalismo reinante, que sufocava o surgimento do sujeito, noção central no quadro teórico do

discurso. Quanto à gramática gerativa transformacional, que entrou na França, somente em 1967, graças a Nicolas Ruwet que se encantou com os trabalhos considerados revolucionários para a época de Noam Chomsky, não chega a ser propriamente um rompimento com o estruturalismo. O que o gerativismo chomskiano a rigor faz é levar às últimas conseqüências os postulados saussurianos, ocupando os espaços deixados pela formulação pioneira de Saussure. Chomsky apóia-se na noção de natureza humana, aliando os universais lingüísticos ao inatismo e operando um profundo corte com os contrastes culturais e sociais. Nesse afã de levar a lingüística a uma formalização cada vez mais apurada, Chomsky acaba, na opinião de F. Dosse, por separá-la das outras ciências sociais, fazendo-a distanciar-se, em conseqüência, do título de ciência-piloto, até então ostentado.

Foi, então, contra esse cientificismo explícito do modelo chomskiano de gramática gerativa que se insurgiu a AD. Não era possível compactuar com um paradigma cognitivista, que desistoriciza o sujeito e trata a língua como um órgão mental. Embora Pêcheux tenha reconhecido o mérito histórico da gramática gerativo-transformacional em ter designado o lugar onde, na língua, o gramatical não cessa de negociar com o não-gramatical, não deixa, por isso, de criticar Chomsky por ter cedido à pressão das línguas lógicas e encobrir suas descobertas no espaço da normalidade biológica. Do ponto de vista político, a AD nasce, assim, na perspectiva de uma intervenção, de uma ação transformadora, que visa combater o excessivo formalismo lingüístico então vigente, visto como uma nova facção de tipo burguês. Ao lado dessa tendência revolucionária, a AD busca desautomatizar a relação com a linguagem, donde sua relação crítica com a lingüística. A rigor, o que a AD faz de mais corrosivo é abrir um campo de questões no interior da própria lingüística, operando um sensível deslocamento de terreno na área, sobretudo nos conceitos de língua, historicidade e sujeito, deixados à margem pelas correntes em voga na época.

As ciências históricas e humanas não são, pois, de uma parte, como as ciências físico-químicas, o estudo de um conjunto de fatos exteriores aos homens, o estudo de um mundo sobre o qual recai sua ação. De outra parte, não sendo a consciência mais do que um aspecto real, mas parcial da atividade humana, o estudo histórico não tem o direito de limitar-se aos fenômenos conscientes, devendo vincular as intenções conscientes dos agentes da história à significação objetiva de seu comportamento e de suas ações.

O presente estudo visa à reflexão sobre os trabalhos em AD, de perspectiva francesa, a partir dos conceitos-chave de *sujeito*, *discurso* e *ideologia*. Dessa forma, esperamos provocar um diálogo entre professores e alunos a respeito desse vasto campo de trabalho em Lingüística e das Ciências Humanas. Essa orientação teórica defende a tese de que a linguagem possui uma relação com a exterioridade, esta entendida não como algo fora da linguagem, mas como condições de produção do discurso que intervêm materialmente na textualidade, como *interdiscurso*, isto é, como uma memória do dizer que abrange o universo do que é dito. É com esse foco que a AD, estruturada por Michel Pêcheux e outros (a partir do final da década de sessenta na França), situa sua reflexão sobre a relação entre a Lingüística e a Teoria do Discurso, valendo-se da articulação de três regiões do conhecimento: o *materialismo histórico*, com base na releitura que Althusser faz dos textos de Marx; a *Lingüística*, como teoria dos mecanismos sintáticos dos processos de enunciação; e a *Teoria do Discurso*, como teoria da determinação histórica dos processos semióticos. Importa dizer que essas

teorias são atravessadas por uma teoria psicanalítica da subjetividade, ou mais especificamente, pela releitura que Lacan faz dos estudos de Freud.

2. POR UMA METODOLOGIA PARA OS ESTUDOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

Nos trabalhos de Michel Pêcheux, elaborados no período de 1977 e 1982, o estudioso francês reflete sobre os contextos epistemológicos das Ciências Humanas na França, dos anos 50 até o começo dos anos 80. Além de refletir sobre a própria história das Ciências Humanas, o teórico analisa as bases epistemológicas que possibilitaram o surgimento da AD. Para tanto, sua ótica centraliza-se no papel da Linguística no âmbito das Ciências Humanas, nas suas crises, nas suas conquistas e na contribuição que a ciência da linguagem traz ao campo da AD. Nesse pensamento, está presente o que Pêcheux chama “a tripla *entente*” (SAUSSURE-MARX-FREUD) que fundamenta toda a sua obra.

Para Gregolin et al.(2001, p. 01),

[...] esse triplo assentamento traz conseqüências teóricas: a forma material do discurso é lingüístico-histórica, enraizada na História para produzir sentido; a forma sujeito do discurso é ideológica, assujeitada, não psicológica, não empírica; na ordem do discurso há o sujeito na língua e na História.

Com base nessa relação da linguagem com a exterioridade, a AD recusa as concepções de linguagem que a reduzem ora como expressão do pensamento, ora como instrumento de comunicação. A linguagem é entendida como ação, transformação, como um trabalho simbólico em “que tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações, conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidade etc” (ORLANDI, 1998, p.17).

Na ótica da AD, o sujeito é atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente, o que produz não mais um sujeito uno ou do *cogito* como em algumas teorias da enunciação, mas um sujeito *cindido*, *clivado*, descentrado, não se constituindo na fonte e origem dos processos discursivos que enuncia, uma vez que estes são determinados pela formação discursiva na qual o sujeito falante está inscrito. Contudo, esse sujeito tem a ilusão de ser a fonte, origem do seu discurso. Essas questões apontam para o fato de que, na constituição do sujeito do discurso, intervêm dois aspectos: primeiro, o sujeito é social, interpelado pela ideologia, mas se acredita livre, individual e, segundo, o sujeito é dotado de inconsciente, contudo acredita estar o tempo todo consciente. Afetado por esses aspectos e assim constituído, o sujeito (re)produz o seu discurso.

Para a AD a noção de memória discursiva não se confunde com a noção de memória da Psicologia (repositório de informações adquiridas ao longo do tempo), pois diferentemente desta aquela “diz respeito às formas significantes que levam uma sociedade a interpretar-se e a compreender-se através dessa interpretação” (GREGOLIN et al., 2001, p. 21). Dessa forma, no campo da AD, o discurso se constitui sobre o primado do interdiscurso: todo discurso produz sentidos a partir de outros sentidos já cristalizados na sociedade. Então, pode-se conceber a *memória discursiva* como sendo esses sentidos já cristalizados, legitimados na sociedade e que são reavivados no intradiscurso. Este é, muitas vezes, apagado pela ideologia, para produzir o efeito de

homogeneidade discursiva, espaço de deslocamentos, de retomadas, de conflitos, de regularização.

Importa observar que nos desenvolvimentos da AD, durante as transições teóricas e políticas das décadas de 80 e de 90, as propostas de Pêcheux aproximam-se de outros pensadores. Ele vislumbra diversas aberturas, para a reflexão sobre outras trajetórias, mostrando outros percursos para a AD. De Michel Foucault surge a questão a respeito da ciência histórica, suas descontinuidades, sua dispersão que implicará na abrangência do conceito de *formação discursiva*, na discussão das relações entre os *saberes* e os *micropoderes*, na preocupação com a leitura, a interpretação e a memória discursiva. De Bakhtin surge a questão da heterogeneidade, do dialogismo e dos contextos sócio-históricos inerentes à discursividade. De Michel de Certeau (1990a; 1990b) surge a preocupação com a análise dos discursos cotidianos e da prática ordinária do homem.

Dessa perspectiva, a AD vai deslocar-se da primazia sobre o discurso político, sobre a materialidade escrita, para encontrar outras formas materiais, outros regimes de materialidade. Disso decorre a preferência de Pêcheux, em seus últimos escritos, em falar de “análise de discurso” em vez da fórmula tradicional “análise do discurso”, ao mesmo tempo em que o leva a pensar na análise da materialidade não-verbal e a vislumbrar aproximação com os estudos semióticos. Gregolin (1995, p.13) considera que

[...] empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu. O discurso é um objeto, ao mesmo tempo, lingüístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente.

No intuito de entendermos melhor a orientação da AD, é necessário que façamos considerações a respeito dos conceitos-chave que constituem a sua base teórica.

3. ENTRE AS CIÊNCIAS E OS DISCURSOS, O SUJEITO

O sujeito não é a fonte absoluta do significado, do sentido, não é a origem, pois ele se constitui por falas de outros sujeitos. Assim, o sujeito é resultante da interação de várias vozes, da relação com o sócio-ideológico, portanto tem caráter heterogêneo. Vale lembrar que, contrapondo-se a uma filosofia idealista da linguagem (que concebe o sujeito como fonte e origem de tudo o que diz e o sentido como algo já existente), Pêcheux & Fuchs (1975) afirmam que o sujeito é afetado por dois tipos de esquecimento.

Segundo Pêcheux (1988), o “esquecimento nº 1” é aquele em que o sujeito se coloca como origem de tudo o que diz. Esse esquecimento é de natureza inconsciente e ideológica: o sujeito procura rejeitar, apagar, de modo inconsciente, tudo o que não está inserido na sua formação discursiva, o que lhe dá a ilusão de ser o criador absoluto de seu discurso. Para esse autor, com o “esquecimento nº 2”, de caráter pré-consciente ou semi-consciente, o sujeito privilegia algumas formas e “apaga” outras, no momento em que seleciona determinados dizeres em detrimento de outros. Com o “esquecimento nº 2”, o sujeito tem a ilusão de que o que diz tem apenas um significado. Ele acredita que todo interlocutor captará suas intenções e suas mensagens da mesma forma. Os outros do discurso que determinam seu dizer não são percebidos pelo sujeito, assim como ele

não pode ter controle total sobre os efeitos de sentido que seu dizer provoca, precisamente porque sentidos indesejáveis são mobilizados.

A concepção de um sujeito marcado pela idéia do centro, da unidade, da fonte ou origem do sentido constitui uma ilusão necessária, na formação do sujeito, de acordo com Pêcheux, a fim de que o sujeito continue a produzir discurso. O sujeito como centro e origem do sentido passa a ser questionado, já que ele situa o seu discurso em relação aos discursos do outro. Para a AD, o sujeito é essencialmente ideológico e histórico, pois está inserido num determinado lugar e tempo. Com isso, ele vai posicionar o seu discurso em relação aos discursos do outro, estando inserido num tempo e espaço socialmente situados. No imbricamento entre o lingüístico e o social, a enunciação passa a ser um fator relevante para a interpretação¹, para a constituição do significado. Aliado a esse fato, mobilizaremos a noção de Pêcheux (1997), que afirma que a interpretação é um “gesto”², isto é, um ato no nível simbólico. É o lugar próprio da ideologia em que a interpretação é “materializada” pela história.

É no domínio da questão da historicidade³, o saber discursivo que foi se constituindo ao longo da história e produzindo dizeres, que vamos inscrever a reflexão sobre a questão da materialidade da linguagem, que considera dois aspectos: o lingüístico e o histórico, como indissociáveis no processo de produção do sujeito do discurso e dos sentidos que o significam, o que possibilita afirmar que o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído. Pela noção de interpretação desenvolvida e pela consideração de que sujeito e sentido são constituídos pela ordem significante na história, ficam visíveis as relações entre sujeito, sentido, língua, história, inconsciente e ideologia (ORLANDI, 1996).

Importante dizer que o trabalho de Foucault (1985) provocou o *descentramento* da identidade e do sujeito graças à noção de *poder disciplinar*, noção essa que não pode ser confundida com opressão ou poder estatal. Trata-se de um poder preocupado, em primeiro lugar, com a regulação, a vigilância e o governo da espécie humana ou de populações inteira e, em segundo lugar, com a regulação do indivíduo e do corpo: disciplinar o corpo para disciplinar a mente; afinal, a corpo dócil corresponde mente dócil. Tal poder encontra-se localizado nas novas instituições que se desenvolveram ao longo do século XIX e que “políam”, controlam e disciplinam as populações modernas (idem, op.cit. p.106). É com base nessa visão de sujeito descentrado, clivado, heterogêneo, perpassado por vozes que provocam identificações de toda sorte que abordaremos, a seguir, a questão da ideologia e do discurso, fundamental para o entendimento do percurso da AD.

3.1 Entre o Discurso e o Sujeito, a Ideologia

Os estudos de Bakhtin nascem nesse novo quadro, antecipando as orientações da lingüística moderna. Fundamentado em Saussure, o filósofo russo parte do princípio de que a língua é um fato social que se funda nas necessidades de comunicação. A

¹ Tomamos Interpretação, discursivamente, como a necessidade da relação da língua com a história, ideologicamente construída. (ORLANDI, 1996, p.146).

² Aqui “Gestos”, no sentido da AD: é interpretação, é um gesto, é um ato no nível simbólico. Para compreender esta noção confira *Gestos de Leitura. Da História no Discurso*, Orlandi (Org.), 1997.

³ Para Foucault, historicidade não implica a história refletida no texto mas em sua materialidade, isto é, o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele. É claro que existe uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto mas essa ligação não é direta, nem automática.

linguagem passa a ser vista como um fator preponderante da interação social em que o *outro* tem parte na constituição do significado (VOLOCHÍNOV, 1929).

Essa articulação entre o lingüístico e o social vincula a linguagem à ideologia. Para Bakhtin (1981, p. 36), sendo a palavra o fenômeno ideológico por excelência, representa o modo mais puro e sensível de relação social. Por isso, sob essa ótica, a palavra não deve ser tomada como abstração, mas como a materialização do “signo ideológico”. Essa inserção dos aspectos ideológicos no bojo da discussão implica o apontamento de uma nova instância da linguagem: o *discurso*, que vai além de instrumento de comunicação ou suporte de pensamento, visto que representa a interação, um modo de produção social em que se manifesta a ideologia mediadora entre o homem e a sua realidade. A construção de um método de compreensão desse novo objeto de linguagem impulsiona a instituição de uma nova ciência que, ao circunscrever o aspecto discursivo, dá conta da complexidade da língua enquanto fato social e histórico. Assim concebidos, os estudos de linguagem acabam por funcionar como um dispositivo capaz de promover a relação entre o campo lingüístico e o da sociedade. Para tanto não trabalham com a língua enquanto sistema abstrato, mas como o lugar privilegiado de manifestação da ideologia, porque inserida num mundo histórico e socialmente constituído. Trata-se da AD que se estabelece visando a apreender o modo como os objetos simbólicos produzem sentidos e como ele está investido de significância para e por sujeitos.

Para Brandão (1995), a palavra “ideologia” é ainda hoje uma noção confusa e controversa. Nos trabalhos de Marx & Engels, por exemplo, encontramos esse termo impregnado de uma carga semântica negativa, uma vez que eles condenam a forma *de ver abstracta e ideológica* dos filósofos alemães que, perdidos na sua fraseologia, não buscam a “ligação entre a filosofia alemã e a realidade alemã; o laço entre sua crítica e seu próprio meio material” (1965, p.14). Esses estudiosos identificam ideologia com a separação que se faz entre a produção das idéias e as condições sociais e históricas em que são produzidas. Então tomam como base para suas formulações apenas dados possíveis de uma verificação empírica e o que as ideologias fazem, segundos eles, é colocar os homens e suas relações de cabeça para baixo, representa o desvio do percurso que consiste em partir das idéias para se chegar à realidade.

Para o filósofo Althusser (1992), a ideologia tem existência material, e é nessa existência material que deve ser estudada, e não como meras idéias. Segundo o teórico,

[...] trata-se de estudar as ideologias como um conjunto de práticas materiais necessárias à reprodução das relações de produção. O mecanismo pelo qual a ideologia leva o agente social a reconhecer o seu lugar é o mecanismo da sujeição (p. 08).

O conceito althusseriano de sujeição surge como um mecanismo de duplo efeito: é agente que se reconhece como sujeito e se assujeita a um sujeito absoluto. De acordo com ele, a sujeição não está presente apenas nas idéias, porém existe num conjunto de práticas, de rituais que se encontram em um conjunto de instituições concretas. De acordo com esse autor, a ideologia não é produto do pensamento das pessoas: é a própria existência material definindo o que as pessoas pensam e incorporando-se na nossa sociedade, naquilo que o estudioso denomina de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). Partindo dos estudos de Marx, o autor afirma que a reprodução da força de trabalho requer não só uma reprodução de suas habilidades, como também, e ao mesmo tempo, a reprodução de sua submissão às regras da ordem estabelecida. Althusser

modifica a teoria política marxista no tocante ao Aparelho do Estado, que passa a ser visto constituindo instituições aparentemente neutras, tais como o sistema educacional, as instituições religiosas, a família, e não mais apenas instituições repressivas (Exército, sistema presidiário, sistema jurídico, polícia em que a classe dominante tem o poder e dispõe da força conforme deseja).

Sabemos que o fenômeno ideológico tem sido fortemente marcado pelas idéias marxistas. Com relação a isso, Ricoeur (1977, p. 75) adverte para a existência de uma tendência a se construir uma interpretação redutora do fenômeno ideológico, a partir da análise de classes sociais. Ele atribui à ideologia a função geral de mediadora na integração social, na coesão do grupo; a função de dominação em que o conceito de ideologia está ligado aos aspectos hierárquicos da organização social, cujo sistema de autoridade interpreta e justifica; e, a função de deformação que nos faz “tomar a imagem pelo real, o reflexo pelo original”.

Nos estudos foucaultianos (1980, p. 131), a construção do ideológico pode ser sintetizada a partir da seguinte forma: “a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apóiam e a efeitos de poder que ela induz e a reproduzem”. Portanto, se existe uma relação entre verdade e poder, todos os discursos podem ser vistos funcionando como regimes de verdade. Ao afirmar que

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o *status* daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro,

Foucault (1980, p.131) entende que a verdade (organizada e convencionada por instituições) é estreitamente ligada à formação de sujeitos, bem como à sua linguagem. O saber é constituído de um conjunto de práticas discursivas, pressupõe relações que dizem respeito às instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos, como determinantes das práticas discursivas (Idem, 1973). Segundo o autor, o poder não é um objeto natural, mas sim uma prática social e, como tal, constituído historicamente. Ele expande-se pela sociedade, assume as formas mais regionais e concretas, investe em instituições, toma corpo em técnicas de dominação (1985). O poder intervém materialmente, atinge ou constitui os indivíduos ideologicamente e penetra em suas atitudes cotidianas.

E “como as idéias não existem desvinculadas das palavras, a linguagem é um dos lugares onde se materializa a ideologia” (GREGOLIN, 1988, p.118). Nessa perspectiva, o poder mostra a alternância entre uma positividade e uma negatividade que lhe é atribuída, mantendo a idéia de propriedade e exercício de um único soberano, ou de uma minoria, sobre uma maioria. As relações de poder inserem-se em todos os lugares, em todos os *micropoderes*⁴ existentes na sociedade. No entanto, é preciso ter em mente que:

[...] a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre

⁴ Para compreender o funcionamento do poder em qualquer contexto, precisamos compreender os pontos particulares por meio dos quais ele passa. Foucault chama atenção para a necessidade de olhar as micropráticas do poder nas instituições educacionais.

modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (FOUCAULT, 1985, p. 241).

A visão foucaultiana de que o poder se encontra nas relações sociais, sob a forma de relações de força, pressupõe a formação da resistência a todo exercício de poder. E é nesse estudioso que encontramos, ainda, a idéia de que o aparecimento dos saberes e das ciências modernas é permeado pelas relações de poder porque o sujeito é efeito-objeto de relações de poder. Saber e poder implicam-se mutuamente. Não há relação de poder sem constituição do saber. Todo saber constitui novas relações de poder. Todo o exercício do poder é também um lugar de formação do saber. Com Foucault (1969) havemos de lembrar que o sujeito é pensado como uma “posição” entre outras. O que conta é o lugar que ele ocupa para ser o sujeito do que diz. E isso tem significado: dá-lhe uma identidade.

Para ele os sujeitos lutam pelo poder; o contrário não revelaria a necessidade de se desenvolver mecanismos de controle e de vigilância. Assim, Foucault (1985, p. 22) se propõe a analisar as “formas de resistência”, reconhecendo que o poder classifica os indivíduos em categorias, segundo uma individualidade que os relaciona a uma pretensa identidade, transformando-lhes em sujeitos.

Para Orlandi (1996, p.147), não há sentido sem interpretação, e

A interpretação é um excelente observatório para se trabalhar a relação historicamente determinada do sujeito com os sentidos, em um processo em que intervém o imaginário e que se desenvolve em determinadas situações sociais. É assim que entendemos a ideologia, nesse percurso que fizemos para entender também o que é interpretação.

Vimos, portanto, que a ideologia constitui conceito fundamental neste estudo, já que alia o lingüístico ao sócio-histórico. A linguagem passa a ser um fenômeno que deve ser estudado não apenas no seu sistema interno, mas também como formação ideológica que se manifesta nesse contexto sócio-histórico. Dessa forma, incide profundamente, na formação dos sujeitos, e mais do que isso, constitui tais sujeitos. Entendida como o elemento necessário para a comunicação entre o homem e a sua realidade (assujeitado ou não), a linguagem é o instrumento essencial do sujeito, e é nela que se manifestam as representações e os implícitos ideológicos, sempre dependentes das condições de produção dos discursos, incidindo na sua formação, nas suas experiências e em suas escolhas de vida.

3.2 Entre o sujeito e o poder, o discurso

O conceito de Discurso fundamenta-se, principalmente, em Foucault (1973), que o define como um conjunto de enunciados regulados numa mesma formação discursiva. Para ele,

[...] é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições da função enunciativa (FOUCAULT, 1973, p. 97).

Mainueneau (2000, p. 55), analisando as idéias bakhtinianas, diz que para interpretar qualquer enunciado, é necessário relacioná-lo a muitos outros, “pois cada

gênero de discurso tem sua maneira de tratar a multiplicidade de relações interdiscursivas”. Por exemplo, um jornal não cita da mesma maneira, nem cita as mesmas fontes que uma propaganda de sabão em pó. Isso porque o discurso só adquire sentido se estiver inserido em um universo de outros discursos: quando classificamos um texto dentro de um determinado gênero estamos relacionando-o aos demais textos do mesmo gênero. Segundo o autor, podemos dividir os gêneros de discurso tomando por invariante um lugar institucional: é a “cena de enunciação”⁵ que permite articular todas as dimensões discursivas; é ela que desempenha o papel crucial entre a organização lingüística do texto e o discurso como instituição de fala e instauração de um evento verbal no mundo (2000, p. 229).

Importa-nos, na perspectiva discursiva, não a organização do texto, mas o que o texto organiza em sua discursividade, em relação à ordem da língua e a das coisas: a sua materialidade. Nas palavras de Orlandi (1996):

Os dados não têm memória, são os fatos que nos conduzem à memória lingüística. Nos fatos temos a historicidade. Observar os fatos de linguagem vem a ser considerá-los em sua historicidade, enquanto eles representam um lugar de entrada na memória da linguagem, sua sistematicidade, seu modo de funcionamento. Em suma, olharmos o texto como fato, e não como um dado, é observarmos como ele, enquanto objeto simbólico, funciona (1996, p. 58).

Para Foucault, na Arqueologia do Saber, é na dispersão⁶ de textos (e não na unidade) que se constitui um discurso; a relação com as Formações Discursivas em suas diferenças é elemento fundamental que constitui o que estamos chamando de historicidade do texto. O sentido sempre pode ser outro e o sujeito, (com suas intenções e objetivos) não tem o controle daquilo que está dizendo. Tais premissas levam-nos a duas ordens de conclusões: *a) um sujeito não produz só um discurso; b) um discurso não é igual a um texto.* A partir dessas conclusões, a AD propõe a seguinte relação: *remeter o texto ao discurso e esclarecer as relações deste com as Formações Discursivas, refletindo sobre as relações destas com a ideologia.*

Interessa-nos o texto não como objeto final de sua explicação, mas como algo que nos permite ter acesso ao discurso. O discurso não pode ser concebido fora do sujeito e nem este fora da ideologia, uma vez que esta o constitui. Inevitavelmente, essa ideologia incide, também, na formação profissional do sujeito. É com a linguagem que o sujeito se constitui e é também nela que ele deixa marcas desse processo ideológico. O discurso é o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos. E a linguagem como interação é um modo de produção social, que não é neutra nem natural, sendo o local privilegiado da manifestação da ideologia, isto é, das formações ideológicas que estão diretamente ligadas aos sujeitos. Podemos dizer que não se parte da ideologia para o sentido, mas procura-se compreender os efeitos de sentido a partir do fato de que é no discurso que se configura a relação da língua com a ideologia.

Orlandi considera que, ao dizer que o inconsciente e a ideologia estão materialmente ligados, Pêcheux (1988) coloca a necessidade da noção de discurso para se chegar à ordem (funcionamento, falha) da língua e da história (equivoco, interpretação), ao mesmo tempo em que não pensa a unidade em relação à variedade

⁵ Metáfora teatral, essa noção é utilizada para se referir à maneira pela qual o discurso constrói uma representação de sua própria situação de enunciação.

⁶ No texto não encontramos apenas uma formação discursiva, pois ele pode ser atravessado por várias formações discursivas que nele se organizam em função de uma dominante.

(organização) mas como posição do sujeito (descentramento). Tal postura leva-nos à idéia da incompletude⁷ do sistema (abstrato) em que a ordem significativa é capaz de equívoco, de deslize, de falha, sem perder seu caráter de unidade, de totalidade.

Para a estudiosa, se a relação com o inconsciente é uma das dimensões do equívoco que constituem o sujeito, sua contraparte está em que o equívoco que toca a história, a necessidade de interpretação, é o que constitui a ideologia. Para Foucault (1986), o discurso é altamente disciplinador e fabrica indivíduos. A disciplina é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos, ao mesmo tempo, como objetos e como instrumentos de seu exercício. “O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e a sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (p.153). Na visão foucaultiana, a disciplina é uma “arma” que o sujeito utiliza com a finalidade de atingir um objetivo “eficiente”. Nessa perspectiva, o exame é o instrumento fundamental para o exercício do poder:

A disciplina é o conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade. É o poder da individualização que tem o exame como instrumento fundamental. O exame é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los ao máximo. Por meio do exame, a individualidade torna-se um elemento pertinente para o exercício do poder (1986, p.105).

Nos termos do autor, "Deve-se considerar o poder como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir" (op. cit. p.08). Nessa perspectiva é que as produções de sentido, que circulam na sociedade e que regulam os comportamentos, identificam e distribuem os papéis sociais, a partir de relações hierárquicas apreendidas no interior dos cotidianos ritualizados. Esse ritual, por sua vez, tem o imaginário social como legitimador das relações de poder, implicando o sujeito, suas concepções e relações .

3.3 Sujeito, discurso e ideologia: pistas da heterogeneidade da linguagem

No intuito de estudar algumas teorias da AD, recorreremos à relação entre sujeito, ideologia e discurso a partir da heterogeneidade. Para abordá-la é fundamental conhecer esses três elementos que existem interligados, um dependente do outro. As investigações propostas por Authier-Revuz (1982 e 1984) apontam para dois tipos de manifestação de *heterogeneidade enunciativa* no processo de constituição do discurso, *a mostrada e a constitutiva*. Na perspectiva bakhtiniana de linguagem, pode-se dizer que todo discurso é dialógico por natureza, o que corresponde, na visão de Authier-Revuz (1998), à heterogeneidade constitutiva, já que esta equivale ao funcionamento real do discurso sem, entretanto, explicar a alteridade na subjetividade. Já na heterogeneidade mostrada, a projeção do outro se deixa revelar no discurso, modificando a dissimulada homogeneidade do sujeito.

A heterogeneidade constitutiva é aquela em que o outro constitui o um, o sujeito, e que este sujeito nem sabe quem é. São todos que passaram pela sua vida, é tudo o que leu, estudou. Em seu enunciado cruzam-se os dizeres de outros. A heterogeneidade

⁷ A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, conforme a AD francesa.

mostrada é a manifestação explícita de diferentes vozes: o sujeito, no momento em que fala, escreve, traz para o seu dizer alguns outros que o constituem, marcando, assim, distância entre ele e outros que ele seleciona de acordo com seus interesses. Esses “outros” são representados, na superfície lingüística, por citações, aspas, comentários, itálicos, metáforas, imitação, ironia etc. É por meio da heterogeneidade mostrada que o sujeito enunciador retoma o discurso do outro e, ao fazê-lo, inscreve conscientemente o outro em seu espaço discursivo sob diferentes formas.

A heterogeneidade mostrada tem como efeito de sentido a separação nítida entre o dizer que pertence ao outro e o próprio dizer. Esse efeito de sentido vem camuflar a condição heterogênea de todo dizer. Partindo da heterogeneidade constitutiva e da heterogeneidade mostrada, Coracini (1995) propõe uma terceira – *heterogeneidade reconhecida* - intermediária entre uma e outra: é aquela em que o outro se mostra apenas para aqueles que conseguem reconhecê-lo (afinal constitui-se um caso intermediário entre a heterogeneidade constitutiva e a mostrada). Como não explicita de que texto foi extraído o enunciado, ela permanece constitutiva para aqueles que não a reconhecem e representada, apesar de não constituir um caso explícito, para os que a reconhecem.

É a partir do “esquecimento nº 1”, defendido por Pêcheux & Fuchs (1975), que vemos a possibilidade de se estabelecer articulação entre o conceito do sujeito que se crê fonte de seu discurso e o conceito de heterogeneidade constitutiva proposto por Authier-Revuz (1982 e 1984), pelo fato de que, perpassado pela ilusão de ser a origem do seu discurso, o sujeito acaba não percebendo as fronteiras que delimitam o dizer do outro, cujo dizer passa como sendo constitutivo do discurso do sujeito que o enuncia. Já a articulação entre o “esquecimento nº 2” (Pêcheux & Fuchs, op. cit.) e o de Authier-Revuz (1982), no que se refere à heterogeneidade mostrada, pode ser estabelecida em função da ilusão da realidade do pensamento refletida no discurso que leva o sujeito a demarcar o outro em seu espaço discursivo. Esse sujeito dividido, indeterminado, mostra-se de várias formas. Entre elas, citamos as formas de incorporação do discurso do outro, os mecanismos metadiscursivos, as formas de oscilação, as formas de abertura do sujeito no discurso.

A heterogeneidade mostrada é a representação que um discurso constrói em si mesmo de sua relação com outro, designando, em meio a um conjunto de marcas lingüísticas, os pontos de heterogeneidade. Poderíamos relacioná-la com a *intertextualidade*. A heterogeneidade constitutiva trata do duplo dialogismo existente no discurso; considerando que: a) todo discurso se faz no meio do “já-dito”⁸ dos outros discursos e, portanto, é conhecido pelo seu interdiscurso, e, b) o discurso não existe independente daquele a quem ele é endereçado. A visão do destinatário é incorporada e determina o processo de produção do discurso. Poderíamos relacionar a heterogeneidade constitutiva com a *interdiscursividade*. Gregolin (2001, p.72) marca bem essa condição ao considerar que a ordem do discurso é uma ordem do *enunciável*, isto é, a ela deve o sujeito assujeitar-se para se constituir em sujeito de sua fala. Por essa razão, o *enunciável* é exterioridade em relação ao sujeito enunciador e o discurso só pode ser construído e articulado em um espaço de memória, num *interdiscurso*, a partir de um conjunto de formulações que marcam, cada uma, enunciações que se

⁸ O termo *já dito* constitui um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos com a lingüística. É o elemento que já estava no processo discursivo como se colocado para constituir efeitos de sentido (PÊCHEUX, 1988 e 1990).

parafrazeiam, se repetem, opondo-se entre si e se transformando em outros discursos, numa res(significação).

É interessante observarmos que mesmo diante de tanta heterogeneidade as pessoas se entendem, portanto há alguma ordem; e se buscarmos a justificativa para isso, a encontraremos no fato de que o aprendizado textual não é só sistemático, aquele que estabelece as relações lingüísticas, mas também é construído com o aprendizado dessa heterogeneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode verificar, o quadro teórico-epistemológico da AD é complexo e mantém uma relação tensa entre as noções que o integram. A cada atividade de análise se põe em questão a natureza de certos conceitos e se redefinem seus limites. Isto não impede que a AD se singularize enquanto forma de conhecimento sobre a linguagem e se distinga das demais áreas por seu aparato teórico, seu método de análise e sua práxis. Sendo assim, ela vai construir seu objeto teórico e estabelecer seus procedimentos analíticos na imbricação com as demais áreas vizinhas. Por fim, há que se deixar emergir a palavra da estudiosa no que se refere ao campo da AD e aos principais construtores de seus fundamentos:

Focalizando, obstinadamente, as relações entre o lingüístico e o histórico, entre o discurso e o interdiscurso, as idéias de Pêcheux e Foucault erigiram a Análise do Discurso como um campo em que o **sujeito e a produção do sentido** (grifos da autora) ocupam lugar central. Com Pêcheux, a problematização dos alicerces da Lingüística saussureana reinseriu o discurso, o sentido e a história nos estudos da linguagem e trouxe, conseqüentemente, a discussão sobre o sujeito para o centro dos debates. Com Foucault, a problematização da história, desvelando suas continuidades e sua dispersão, trouxe, na deriva, o descentramento do sujeito e do sentido nas práticas discursivas que constituem os saberes em sua relação com os micro-poderes. E o aporte da leitura de Bakhtin que, a partir dos anos 80, trouxe as idéias de heterogeneidade e da alteridade, fez a AD abrir-se para uma série de problemáticas que envolvem o sentido e o sujeito (GREGOLIN et al., 2001, p.30).

Como aponta Sargentini (2005), a AD é o ponto de encontro das teorias sustentadas por Bakhtin, Pêcheux e Foucault; esses autores formularam seus conceitos para atingir objetivos distintos, entretanto, têm em comum a oposição à concepção estruturalista que aparta da análise o sujeito e a história. *É nosso dever escolher nossas heranças, sem tomá-las na homogeneidade, ou forçá-las a uma identidade, mas compreendendo em que pontos se tocam e que caminhos nos sugerem...*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. **Cahiers DRLAV**, 26, Paris, 1982. p. 91-151.

- _____. **Hétérogénéités énonciatives**. Paris: Larousse, 1984.
- _____. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1970/1992.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1993/1929.
- _____. **Problemas da poética em Dostoievski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Ed. Forense/Universitária, 1981/1963.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1995.
- CERTEAU, M. de **A invenção do cotidiano: as artes do fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich. Orth. Petrópolis: Vozes, 1990a.
- _____. **A invenção do cotidiano: viver e cozinhar**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich. Orth. Petrópolis: Vozes, 1990b.
- CHOMSKY, Noam. **Diálogos com Mitsou Ronat**. São Paulo: Cultrix, [1977].
- CORACINI, M.J.F. (org.). **O jogo discursivo na aula de leitura**. Campinas: Pontes, 1995.
- DOSSE, F. **História do Estruturalismo: o canto do cisne de 1967 aos nossos dias**. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: EDUNICAMP, 1993. v.2.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. Ijuí: Fidene, 1973.
- _____. Truth and power. In: GORDON, C. (Ed.). **Power/knowledge: Selected interviews and other writings 1972-1977**. Nova York: Pantheon Books, 1980, p. 109-133.
- _____. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro (RJ): Graal, 1985.
- _____. **Vigiar e Punir: o nascimento das prisões**. Petrópolis (RJ): Vozes. 1986.
- _____. **Arqueologia do Saber**. 3. ed. Tradução brasileira de Baeta Neves, Petrópolis (RJ): Vozes. 1987.
- GREGOLIN, M. R. V. A análise do discurso: conceitos e aplicações. São Paulo, **Alfa**, v. 39. p.13-21. 1995.
- _____. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, M. R. V. & BARONAS, R.(Org.) **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos (SP): Claraluz. 2001. p.60-80.
- GREGOLIN, M.R.V. et al. (Org.) **Análise do Discurso: entornos do sentido**. Araraquara (SP): UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001.
- MAINGUENEAU, D. **Análise de texto de comunicação**. São Paulo: Cortez. 2000.
- MARX K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã e outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1965.
- ORLANDI, E. P. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. In: _____. **Discurso e Leitura**. Campinas: UNICAMP, 1988.
- _____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. A leitura e os leitores possíveis. In: ORLANDI (Org.) **A Leitura e os Leitores**. Campinas: Pontes. 1998. p. 07-24.
- ORLANDI, E. P (Org.). **Gestos de Leitura: da história no discurso**. 2. ed. Campinas: Pontes/ UNICAMP, 1997.

- PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. Mises au Point et Perspectives à Propos de L ' Analyse Automatique du Discours. **Languages**, Paris, Larousse, nº 37,1975.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de _____. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento? Campinas: Pontes. 1990.
- _____. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F. & HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990/1969.
- _____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.) **Gestos de Leitura**: da História para o Discurso. Tradução de Bethania, S. C. Mariani. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 55-66.
- RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias**. Tradução de H. Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- SARGENTINI, V. M. O. Os estudos do discurso e nossas heranças: Bakhtin, Pêcheux e Foucault. **Estudos Lingüísticos XXXV**, São Carlos (SP) UFSCar, 2005. CD ROM.